

## INVESTIMENTOS EM TÍTULOS DO TESOURO NACIONAL BRASILEIRO: um estudo sobre o sistema Tesouro Direto

**André Erick dos Santos, Lucio Ricardo Castro de Almeida, Luiz Fernando Ferreira Henrique, Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira, Vilma da Silva Santos, Paulo César Ribeiro Quinteiros**

Universidade de Taubaté – UNITAU, Programa de Pós-graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional – Rua Visconde do Rio Branco, 210. Centro – 12020-040 – Taubaté – SP – Brasil. [deltasjc@yahoo.com.br](mailto:deltasjc@yahoo.com.br); [castroalm@bol.com.br](mailto:castroalm@bol.com.br); [luizfernandoh2@yahoo.com.br](mailto:luizfernandoh2@yahoo.com.br); [edson@unitau.br](mailto:edson@unitau.br); [vilma70@gmail.com](mailto:vilma70@gmail.com); [quinteiros@gmail.com](mailto:quinteiros@gmail.com).

**Resumo-** O Tesouro Direto é um sistema criado para oferecer aos investidores a possibilidade de aplicar seus recursos diretamente em títulos do Tesouro Nacional do Brasil. A variedade de papéis ofertados provém da variedade de indexadores usados como, por exemplo, a Taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), os índices de inflação IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) e o IGP-M (Índice Geral de Preços ao Consumidor) e a Taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo). Neste artigo são apresentados os resultados de uma pesquisa cujos objetivos são apresentar um histórico da criação do sistema Tesouro Direto e levantar quais as características dos diferentes tipos de papéis oferecidos pelo sistema aos investidores. O método de pesquisa utilizado foi bibliográfico, documental e exploratório. A partir dos resultados obtidos, foi possível concluir que a aplicação de recursos diretamente junto ao governo traz rentabilidade positiva ao investidor, especialmente pelo baixo custo das taxas e dos impostos envolvidos. Entretanto, o sistema não é uma aplicação popular entre os micro e pequenos investidores, pois o sistema não é divulgado nos meios de comunicação que atingem tal camada da população brasileira.

**Palavras-chave:** Tesouro Direto, indicadores econômicos, rentabilidade.

**Área do Conhecimento:** Ciências Sociais Aplicadas

### Introdução

O atual cenário econômico mundial é caracterizado por rápidas mudanças decorrentes de fatores advindos de diferentes partes do mundo. Tal característica é inerente ao processo de globalização dos mercados (KOTLER, 2009).

Diante de um cenário financeiro volátil, os investidores procuram aplicações seguras, com rentabilidade satisfatória, e que permitam diversificar e aumentar os rendimentos; isso envolve investimentos em curto, médio e longo prazo. Atualmente, o mercado financeiro brasileiro oferece aos investidores diversas linhas de produtos voltados a diversos tipos de investidores e níveis de renda, bem como títulos públicos que são colocados a negociação e geram caixa para o governo (INFOMONEY, 2010).

Esses títulos tem sido uma das aplicações mais divulgadas e procuradas pelos investidores, pois entre outras vantagens apresenta boa rentabilidade e liquidez com maior segurança, além de proporcionar ao investidor maior controle e liberdade para investir sem a necessidade de uma instituição financeira (CALIL, 2010).

O Tesouro Nacional pode ser considerado como o caixa do governo, ou seja, o órgão público responsável pela dívida pública do país. Para esse

efeito, capta recursos do mercado financeiro via emissão primária de títulos para execução e financiamento das dívidas internas do governo.

A poupança interna é um importante fator no processo de desenvolvimento de um país. A idéia de usar essa poupança para financiar os gastos governamentais pode ser positiva para a economia brasileira, haja vista que a aplicação de recursos junto ao tesouro nacional permite ao governo investir no desenvolvimento do país. Além disso, a rentabilidade oferecida ao investidor também é positiva. Observa-se, ainda, que “[...] o endividamento público, se bem administrado, permite ampliar o bem-estar da sociedade e o bom funcionamento da economia” (SILVA *et al*, 2009, 17).

Neste trabalho será apresentado um breve histórico da criação do sistema Tesouro Direto e um levantamento das características dos diferentes tipos de papéis oferecidos pelo sistema aos investidores. O objetivo é avaliar se o Tesouro Direto é uma boa opção para os micro e pequenos em substituição a caderneta de poupança.

### Metodologia

O presente trabalho de pesquisa tem caráter descritivo-exploratório. Trata-se de uma pesquisa

bibliográfica e documental, tendo sido desenvolvido a partir da análise qualitativa de dados obtidos em documentos de acesso público.

## Resultados

Tesouro Nacional é um termo utilizado para definir a administração central da Fazenda Pública. A palavra começou a ser usada com tal conotação após a Independência, quando se mencionava Tesouro Público do Rio de Janeiro como órgão central das finanças públicas no final do Brasil Reino, mas a jurisdição dele não se circunscrevia somente a essa província (FREITAS, 2010).

Após esse período, passou a ser usado Tribunal do Tesouro Público Nacional, Tribunal do Tesouro Nacional e, finalmente, após a proclamação da República, Tesouro Nacional. A Secretaria do Tesouro Nacional - STN foi criada em 10 de março de 1986, conforme Decreto nº 92.452, unindo a antiga Comissão de Programação Financeira e a Secretaria de Controle Interno do Ministério da Fazenda. Constituiu-se órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal e do Sistema de Contabilidade Federal. Sua criação foi um passo significativo no fortalecimento das Finanças Públicas no Brasil (STN, 2010).

Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), criado em Janeiro de 1987, marcou a centralização das atividades financeiras federais e possibilitou a integração dos executores de despesas dos orçamentos fiscais e de Seguridade Social, cujo principal objetivo é selecionar e capacitar pessoal para o exercício das atividades do Tesouro Nacional. Em 1988, substituiu-se a conta movimento do governo no Banco do Brasil pela cota única do tesouro no Banco Central, tal fato eliminou mais de cinco mil contas bancárias governamentais, permitindo o controle mais eficaz do fluxo de caixa do governo (BACEN, 2010).

No final dos anos 80, ocorreu a unificação dos orçamentos, atrelando os gastos governamentais à autorização prévia do Congresso Nacional. Na década de 90 várias ações foram tomadas visando aprimorar a administração financeira e orçamentária da União, em destaque a centralização das atividades relativas à administração da dívida externa (BACEN, 2010).

Somente em 1993, foi transferida para o Tesouro Nacional a responsabilidade pelo controle e movimentação das contas especiais em moeda estrangeira decorrentes de acordos externos firmados juntos a organismos e agências de crédito, passando assim a ser responsável

também pela administração da dívida pública federal (BACEN, 2010).

Em 1995, atribuiu-se ao Tesouro Nacional as ações vinculadas aos Programas de Ajuste Fiscal dos Estados e Municípios, cujo objetivo é fortalecer o relacionamento da União com os Estados. O Tesouro Nacional, no decorrer de sua história, foi marcado pela visão de transparência e maior controle das contas governamentais (STN, 2010).

O Tesouro Nacional tem como missão defender o cidadão-contribuinte, de hoje e de amanhã, por meio da busca permanente do equilíbrio dinâmico entre receitas e despesas e da transparência do gasto público. As responsabilidades do órgão englobam a administração dos haveres da União junto a terceiros. Referindo-se, em sua maior parte, a créditos decorrentes de reestruturação da dívida externa garantida pela União, de programas de saneamento financeiro de Estados e Municípios, de retorno de financiamento/refinanciamento de operações de estímulo às exportações e aos setores agropecuários e agroindustriais, além de operações estruturadas amparadas por regulamentação específica (TESOURO, 2010).

Com relação à administração dos haveres, cabe ao Tesouro Nacional a coordenação e operacionalização dos pagamentos de compromissos decorrentes de contratos firmados sob sua responsabilidade, além da contabilização de saldos e pagamentos (amortização de principal e encargos) em sistemas de registros. O órgão é também responsável pela administração das dívidas pública interna e externa, tendo por atribuição gerir a dívida pública mobiliária federal e a dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional conforme (Decreto nº 1.745, de 13 de Dezembro de 1995).

Do ponto de vista da estrutura institucional, o Tesouro Nacional implementou um novo modelo de administração da dívida pública, que visa obter ganhos substanciais no processo de administração da dívida por meio da padronização dos controles operacionais, do monitoramento dos riscos globais e da separação das funções de planejamento de curto e longo prazo (TESOURO, 2010).

O Tesouro Direto é um programa implantado em 07/01/2002 pelo Tesouro Nacional, em parceria com a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLIC). O objetivo é tornar popular o acesso ao investimento em títulos públicos, possibilitando sua compra por pessoas físicas pela internet (TESOURO DIRETO a, 2010).

Os papéis vendidos no sistema do Tesouro Direto são títulos públicos. De maneira geral, títulos públicos são ativos de renda fixa que se constituem em boa opção de investimento para

a sociedade. Possuem a finalidade de captar recursos para o financiamento da dívida pública, bem como para financiar atividades do Governo Federal, como educação, saúde e infra-estrutura (TESOURO DIRETO b, 2010).

As principais vantagens em aplicar em títulos públicos são: o próprio investidor gerencia seus investimentos; com apenas R\$ 150,00 o investidor já pode comprar títulos; é uma ótima opção para quem quer investir com baixo custo, alta rentabilidade e liquidez quase imediata, podendo resgatar o título antes do vencimento pelo valor de mercado; o rendimento das aplicações em títulos públicos é bastante competitivo se comparado com outras aplicações de renda fixa; as taxas de administração e custódia são baixas; o imposto de renda só é cobrado no momento da venda ou no vencimento do título (TESOURO DIRETO b, 2010).

Os tipos de títulos comercializados no Tesouro Direto são:

- **LTN – Letra do Tesouro Nacional.** É um título prefixado, onde o investidor tem a exata noção do retorno do título se mantê-lo até a data do vencimento.
  - Vantagem: Grande variedade de vencimentos.
  - Desvantagem: Sujeito a perda de poder aquisitivo em caso de alta de inflação.
  - Perfil do investidor: Pouco Conservador.
- **NTN-F – Notas do Tesouro Nacional Série F.** É um título prefixado, porém o investidor recebe pagamento semestral de juros.
  - Vantagem: Fluxo de rendimento periódico a uma taxa de juros pré-definida.
  - Desvantagem: Sujeito a perda de poder aquisitivo em caso de alta de inflação.
  - Perfil do investidor: Pouco Conservador.
- **NTN-B – Notas do Tesouro Nacional Série B.** Proporciona ao investidor uma rentabilidade em termos reais, paga-se um valor fixo mais a variação IPCA e também faz pagamentos semestrais.
  - Vantagem: Proporciona rentabilidade real acima da inflação.
  - Desvantagem: Preço do título flutua em função da expectativa de inflação dos agentes financeiros.
  - Perfil do investidor: Conservador.
- **NTN-B Principal.** É idêntico ao NTN-B Série B, porém não faz pagamentos semestrais, os juros são reinvestidos.
  - Vantagem: Indicado para o investidor que deseja fazer poupança de médio/longo prazos.
  - Desvantagem: Preço do título flutua em função da expectativa de inflação dos agentes financeiros.
  - Perfil do investidor: Conservador.
- **NTN-C Notas do Tesouro Nacional Série C.** Proporciona ao investidor uma rentabilidade em termos reais. É um título que paga um valor fixo mais a variação do IGP-M. Ele faz pagamentos semestrais.
  - Vantagem: Proporciona rentabilidade real
  - Desvantagem: Preço do título flutua em função da expectativa de inflação dos agentes financeiros.
  - Perfil do investidor: Conservador.
- **LFT: Letras Financeiras do Tesouro.** Proporciona ao investidor uma rentabilidade igual à variação da taxa SELIC.
  - Vantagem: Indicado para o investidor que deseja uma rentabilidade pós-fixada indexada à taxa de juros da economia (SELIC).
  - Desvantagem: Preço do título flutua em função da expectativa de inflação dos agentes financeiros.
  - Perfil do investidor: Muito Conservador.

A dívida pública é a dívida contraída pelo governo com entidades ou pessoa da sociedade para financiar partes de seus gastos que não são cobertos com arrecadação de impostos. São também para alcançar alguns objetivos de gestão econômica, tais como controlar o nível de atividade, o crédito e o consumo, ou ainda para captar dólares no exterior. Segundo SILVA et al (2009), o endividamento público pode exercer funções ainda mais amplas para o funcionamento da economia, auxiliando a condução da política monetária e favorecendo a consolidação do sistema financeiro.

Ainda segundo o mesmo autor, a dívida pública é dividida em dívida interna e dívida externa. Os principais credores do setor público são normalmente, bancos públicos e privados que operam no país, investidores privados, instituições financeiras internacionais e governos de outros países.

O governo tem três formas de financiar seus gastos, que são: arrecadar impostos; emitir moeda; venda de títulos da dívida pública, com promessa de resgate futuro acrescido de juros. Outra forma ainda utilizada por alguns governos são o de atrasar o pagamento de dívidas com

fornecedores e de negociar seu pagamento com deságio (DIEESE, 2006).

No sistema brasileiro, a Secretaria do Tesouro Nacional é o órgão responsável pela administração das dívidas pública interna e externa, tendo por atribuição gerir a dívida pública mobiliária federal e a dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional (Decreto nº 1.745, de 13 de dezembro de 1995).

A partir daí, o Tesouro Nacional implementou um novo modelo de administração da dívida pública, que visa obter ganhos substanciais no processo de administração da dívida por meio da padronização dos controles operacionais, do monitoramento dos riscos globais e da separação das funções de planejamento de curto e longo prazo (STN, 2010).

### Considerações Finais

Os investidores devem sempre buscar as melhores e mais rentáveis formas de aplicar seus recursos. Essa busca com foco na rentabilidade faz com que os investidores procurem a todo instante formas e condições que atendam seus anseios.

Os títulos públicos brasileiros tem sido uma opção atraente de investimentos, por oferecer algumas modalidades que modelam um investidor. Trata-se de um investimento interessante e seguro, pois também financia a arrecadação do governo.

A popularização dos título públicos como opção de poupança para os micro e pequenos investidores ainda encontra algumas resistências dentre os brasileiros. As dificuldades são a insegurança em gerenciar as compras e vendas dos títulos, bem como de operar o sistema via internet.

Espera-se que futuramente, com a popularização do acesso a internet e com a divulgação do Tesouro Direto nos meios de comunicação de massa o sistema se torne uma das principais opções para os investidores brasileiros.

### Referências

- BACEN. História do BC. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?HISTORIABC>>. Acesso em 04/08/2010.
- CALIL, M. Entrevista A Revista Exame. Disponível em <<http://portalexame.abril.com.br/financas/noticias/saiba-vale-pena-migrar-poupanca-tesouro-direto-583147.html>>. Acesso em 04/08/2010.
- DIEESE. Nota Técnica. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatecDividapublica.pdf>>. Publicado em fevereiro de 2006. Acesso em 04/08/2010.
- FREITAS, N. HISTÓRIA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (VIAGEM DE 1808 A 2002). Disponível em <<http://www.newton.freitas.nom.br/artigos.asp?cod=165>>. Acesso em 04/08/2010.
- INFOMONEY. Pesquisa no sítio da Infomoney. Disponível em <<http://web.infomoney.com.br>>. Acesso em 04/08/2010.
- KOTLER, P.; CASLIONE, J. **Vencer no Caos**. São Paulo: Editora Campus, 2009.
- SILVA, A. C., CARVALHO, L. O., MEDEIROS, O. L. Dívida pública: a experiência brasileira. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional: Banco Mundial, 2009.
- STN. Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em <<http://portal.ouvidoria.fazenda.gov.br/ouvidoria/ActionServlet?idInformacao=129&objeto=br.com.tellus.ouvidoria.negocio.InformacaoUtil&acao=recover>>. Acesso em 04/08/2010.
- TESOURO DIRETO a. Pesquisa no sítio Do Tesouro Nacional. Disponível em <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/tesouro\\_direto/](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/tesouro_direto/)>. Acesso em 04/08/2010.
- TESOURO DIRETO b. Pesquisa no sítio Do Tesouro Nacional. Disponível em <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/tesouro\\_direto/titulos\\_publicos](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/tesouro_direto/titulos_publicos)>. Acesso em 04/08/2010.
- TESOURO. Sítio do Tesouro Nacional. Disponível em <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/instituicao\\_tesouro/index.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/instituicao_tesouro/index.asp)>. Acesso em 04/08/2010.